
ICANN76 | Fórum da Comunidade – Reunião conjunta: Diretoria da ICANN e GAC
Terça-feira, 14 de março de 2023 – 15h às 16h CUN

GULTEN TEPE:

Bem-vindos todos! Começamos daqui a pouco. Por favor, ocupem os seus lugares. Bem-vindos a Reunião do GAC com a Diretoria – ICANN76. Hoje, terça-feira, 14 de março, 15h00, horário local.

Como são sessões públicas e outros membros da comunidade da ICANN podem estar presentes, o pessoal e as autoridades do GAC encorajam todos os membros a indicar seu nome e o lugar na janela de participação. Isso é para ter um registro exato da assistência e garantir a transparência da participação do Modelo da ICANN. Se quiserem fazer pergunta ou comentário, escrevam na janela do chat, começando a oração com a palavra PERGUNTA ou COMENTÁRIO, como indicado no chat. A função está na parte inferior da janela do Zoom.

Nessas sessões do GAC, temos interpretação nos seis idiomas das Nações Unidas mais português. Os participantes podem selecionar o idioma, em que querem falar ou escutar, clicando no ícone de interpretação na barra de ferramentas do Zoom. Se quiserem falar, levantem a mão. Quando o coordenador disser seu nome, habilitem o microfone e falem. Lembrem de dizer nome, idioma em que vão falar, caso não seja o inglês. Falem com clareza e a um ritmo razoável para

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

permitir uma interpretação correta. Fiquem certos de silenciar os outros dispositivos, quando façam o uso da palavra.

Esta sessão, como todas as outras, se rege pelos Padrões de Comportamento Esperados da ICANN. Caso haja interrupção durante a sessão, a Equipe Técnica vai silenciar todos os participantes. Todos os materiais vão estar na página da Reunião da ICANN76. E vou passar a palavra para a presidente do GAC, Manal Ismail.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Gulten. Bom dia, boa tarde e boa noite a todos. Bem-vindos a Reunião Bilateral do GAC, o *Board*. Queremos dar as boas-vindas a todos e também os que estão presentes e em forma virtual. O GAC continua valorizando e aprecia essas trocas periódicas com a Diretoria nas reuniões da ICANN. E aqui temos uma hora destinada a tratar alguns temas, que já identificamos. Além das perguntas da Diretoria, vamos apresentar alguns temas. Passo a palavra para a presidente, Tripti Sinha, como Presidente da Diretoria.

TRIPTI SINHA: Obrigada, Manal. Como sempre, para a Diretoria, é um prazer participar dessas reuniões, que são extremamente importantes para um diálogo saudável e construtivo, para a troca de ideias e para chegar a algum terreno em comum. Agradecemos que dediquem alguns minutos do seu tempo, hoje à tarde. Antes de passar a palavra para Manal, queria dizer que é a última bilateral com você, como presidente.

E quero agradecer a todos por permitir, que Manal seja Coordenadora de Ligação com a Diretoria. Fez um trabalho maravilhoso, as contribuições foram muito profundas, com muito conhecimento. E é uma integrante da Diretoria, muito, muito apreciada por todos.

[Salva de palmas. Toda a assistência fica em pé]

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Tripti. Precisamos de mais alguém para moderar esta sessão. Muito bem. A pauta para a reunião vai ser a seguinte. Pedi licença a Diretoria para destinar apenas 10 minutos a pergunta, que a Diretoria fez para o GAC. E resto será para as nossas perguntas a Diretoria. Identificamos uma lista extensa, tentamos abreviá-la e espero poder tratá-la em 45 minutos. Próximo slide.

Essa é a pergunta, que a Diretoria fez para o GAC. Com relação a analisar como combinar as eficiências de uma abordagem ágil para a resolução de problemas, como os nossos grupos do Conselho, considerando a necessidade de garantir a transparência e a responsabilidade, quando essa abordagem seria mais adequada e garantir que não sejam pulados alguns passos no processo de desenvolvimento de políticas?

Ali, identificamos algumas respostas rápidas a essa pergunta. Uma abordagem ágil é útil. Particularmente há circunstâncias limitadas e específicas. Mas não deveriam ser consideradas como substitutos regulares do uso eficaz e contínuo dos processos de desenvolvimento de políticas tradicionais. Considerando o tamanho limitado, as

responsabilidades do EPDP não deveriam ser delegadas a esses grupos. Os grupos e subgrupos da GNSO constituem o uso desses grupos útil, porque produz um ímpeto muito útil para iniciar as deliberações. Das constituições dessas equipes, muitas vezes têm muitos representantes da GNSO, o que pode ser inconveniente para a discussão de alguns temas complicados. Seria benéfico, que outros Comitês Assessores e Associações de Apoio sejam convidados para formar parte desses grupos.

E consideramos que a Diretoria deveria considerar esse tipo de diálogo facilitado, mais aberto e transparente com a comunidade. Não é necessário aplicar as normas de Chatham House. Queremos... pensamos que esses grupos deveriam ter um escopo limitado, trabalhar durante um tempo breve. Seus resultados deveriam considerar também as contribuições da comunidade, retroalimentação para os PDPs e não delegar a responsabilidade ao PDP nesses grupos. Essa seria a nossa resposta. Espero que tenhamos mostrado os resultados, aos quais chegamos todos, nós.

Vamos passar as perguntas do GAC. Essa é a lista de assuntos, que identificamos. Basicamente as próximas rodadas de gTLDs, mitigação do uso indevido do DNS, sistema de avaliação do WHOIS e finalmente, o mecanismo de controle dos direitos para as OIGs.

Passemos, por favor, ao próximo slide? O nosso primeiro tema tem a ver com as próximas rodadas de novos gTLDs. O GAC tomou nota da abordagem planejada pela Diretoria para manejar os elementos do relatório final de Procedimentos Posteriores, do PDP da GNSO,

especialmente sobre os temas identificados como pendentes e que estão sujeitos a um diálogo posterior com o Conselho da GNSO.

O GAC gostaria que a Diretoria prestasse atenção ao comentário coletivo do GAC perante a consulta sobre as recomendações finais do SubPro, que foram identificadas como pendentes. Isso inclui os Compromissos Voluntários de Registros, os Compromissos em Prol do Interesse Público, o Apoio aos Solicitantes, a recomendação por consenso do GAC, os Alertas Precoces, as Solicitações da Comunidades e os Leilões.

Passemos, por favor, o seguinte slide. Esta é a pergunta em especial. O GAC gostaria de perguntar a Diretora, o seguinte. Primeiro, as posições do GAC sobre os temas antes mencionados, fora o que é a recomendação e os Alertas Precoces do GAC, estão sendo consideradas pela Diretoria? Como é o que o GAC vai participar no próximo diálogo sobre estas questões?

E finalmente, se a Diretoria não aprova todas as recomendações da GNSO, qual será o impacto dessas decisões no cronograma geral de implementação, para continuar avançando com os Procedimentos Subsequentes? E como falamos depois, vamos receber com agrado, a possibilidade de sermos incluídos nesse diálogo futuro. E também consideramos a possibilidade de dar a recomendação sobre algum dos temas mencionados. Obrigada.

TRIPTI SINHA:

Obrigada, Manal, pela pergunta. Vou passar a palavra a Avri.

AVRI DORIA:

Muito obrigado pelas perguntas. Em primeiro lugar, eu quero me concentrar na primeira pergunta, se são consideradas os pontos de vista do GAC. Eu acho que parte dos motivos pelos quais estão pendentes estas questões, é porque estamos justamente prestando atenção a recomendação do GAC, do ALAC, do SSAC, de todos aqueles que realizaram formulários. Queremos nos assegurar isso. Ter a certeza de que assim é.

Quanto a segunda parte, como pode participar o GAC. Bom, isso está já apresentado no Painel de sábado passado, com certeza que muitos de vocês não tiveram a possibilidade de escutar. Mas a ideia é falar com todos, para poder reunir todos os comentários.

Vamos trabalhar com os subgrupos e as equipes reduzidas da GNSO, na medida que isso funcione. Também estamos dispostos a falar com aqueles que prestaram recomendações para ter a certeza de que os elementos possam ser levados em consideração.

E finalmente, não sei o que responder nesta última pergunta, né. Se há alguma que a Diretoria termina indeferindo, isso já deveria ter sido submetido a um processo. E essas não são as questões que estão levando tempo. Algumas tratamos hoje. Vai ter tempo para dedicar e há muitas tarefas, que temos que desenvolver. Por exemplo, as consultas sobre os genéricos fechados e depois vem um processo.

Então isso vai levar bastante tempo. Mas vamos ter também tempo suficiente para conversarmos. Não sei, agora que coisa, a Diretoria está pensando, que vai rejeitar e que pode ter um impacto. Não estamos

pensando em não aceitar coisas. Mas não estou pensando agora em nenhuma que gere algum tipo de consequência ou afetar a nova rodada e fazer com que leve mais tempo. Ou seja, poderia provocar uma demora, mas agora não sei em que pensar, de como poderia acontecer isso.

Então há alguns pontos, que exigem uma decisão crítica. E também há uma questão de tempo ou de cronograma ou de agenda. Mas sim, existe a intenção de falar com todos e de receber os comentários, as recomendações, as preocupações, as recomendações do GAC para ter a certeza de que tudo seja tratado da forma, que corresponda.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Avri. Faço um receso, para ver se há alguma intervenção de parte de algum colega do GAC. Está a mão levantada na sala, da Suíça. Jorge, por favor?

JORGE CANCIO: Obrigado, Manal. Obrigado, Avri. Recebo com agrado a informação de que vão nos fazer participar nessas deliberações posteriores. Mas quero ser muito claro. O comentário coletivo do GAC, ao quais fizemos referência, não é assessoramento do GAC por consenso. Como tal, em maiúscula. Mas sim, resume as posições dos governos, que integram o GAC, a respeito desses temas não resolvidos. O comentário coletivo se corresponde muito bem com esses temas, que estão sem concluir, que a senhora mencionou.

Pedimos que tenham em conta esse comentário coletivo e que o considerem como se fosse assessoramento com maiúsculas, que nos incluam nas conversas. Porque senão, a alternativa seria levar esses temas a um assessoramento por consenso do GAC e isso abriria um caminho, a complicações de procedimentos que queremos evitar. As coisas já estão complicadas o suficiente. Então queremos que considerem as nossas contribuições, porque foram discutidas. E quando vocês estiverem já prontos para tomar a decisão, falem conosco. Isso é o que queria esclarecer. Obrigado.

AVRI DORIA:

Obrigado, Jorge. Acho que realmente nós vamos tomar tudo isso em consideração na medida em que avançarmos, como fizemos até hoje. Realmente, não estou em posição de dizer que não queremos. Então muito obrigado.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Jorge. Obrigada, Avri. Não vejo outro pedido de palavra. Então... sim, perdão. Irã. Kavouss, tem a palavra.

KAVOUSS ARASTEH:

Muito obrigado. Boa tarde, distintos membros da Diretoria. Bom dia, boa tarde ao resto.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Desculpe, Kavouss. Pode falar mais perto do microfone?

KAVOUSS ARASTEH: Entendo que o que diz Avri é que não vão rejeitar nada. Mas que leva tempo entender tudo.

AVRI DORIA: Não, eu não digo necessariamente que não vamos rejeitar nada. O que eu estou dizendo é que pelo momento, não há nada que estejamos planejando rejeitar.

KAVOUSS ARASTEH: Bom, essa é uma resposta muito diplomática.

AVRI DORIA: Bom, eu aprendi de anos de falar com vocês.

KAVOUSS ARASTEH: Eu não sou diplomata. Mas na realidade, acho que esse é um processo, que obviamente leva muito para a implementação. também entendo que não vão poder implementar tudo. Mas quero falar dessa implementação incremental para defini-la.

AVRI DORIA: Obrigado.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Kavouss e Avri. Agora sim, não tem mais pessoas pedindo a palavra. Passamos para o segundo tema, que tem a ver com os acontecimentos posteriores a mitigação do uso indevido do DNS. O

GAC agradece que haja relatórios com maior regularidade da Organização da ICANN relativos à implementação das recomendações da revisão do CCT. E aí, citamos referências.

As perguntas são. Conforme assessoria do GAC em Montreal de não avançar numa nova rodada de gTLDs até complementar a implementação das recomendações da revisão do CCT, consideradas como pré-requisitos ou de alta prioridade, inclusive as recomendações vinculadas com o uso indevido do DNS.

A Diretoria pode compartilhar a sua perspectiva do papel das negociações em andamento da ICANN, da Organização da ICANN a respeito das recomendações 14 e 15, com respeito ao CCT? E se essas... se elas satisfariam as recomendações? E quando se pode começar com a recomendação 22 dessa revisão, que exige a participação com as partes interessadas para discutir as melhores práticas implementadas para oferecer medidas de segurança adequadas, quando falamos em informação sensível, como podem ser temas de saúde ou financeiro?

TRIPTI SINHA:

Conhecem o uso indevido do DNS, é uma das prioridades do GAC, que foi colocado na ICANN. Avançamos muito. E como resposta, Avri vai falar da parte do CCT. E depois, eu vou fazer um preambulo para dizer o que está acontecendo nas negociações contratuais. E depois, vou passar palavra para Becky.

AVRI DORIA: Basicamente, se olharmos para algumas das tabelas, que foram elaboradas com assessoria. Todas as assessorias, inclusive esses requisitos necessários do CCT devem ser resolvidos antes de ser publicado o Guia do Solicitante. Então está na lista, como prévio, na medida em que avançamos. Não está prévio, mas precisamos acabar antes de poder publicar um Guia do Solicitante, que suponho, vai cumprir com os requisitos antes de que possa se abrir uma outra rodada.

TRIPTI SINHA: Obrigada, Avri. Quando falamos em negociações contratuais, avançamos muito. Estamos numa altura, em que as negociações estão levando obrigações contratuais, onde as partes contratadas vão estar obrigadas a interromper, mitigar qualquer esforço vinculado com o uso indevido do DNS. Isso permite a ICANN, além de obrigá-los, a eles, garantir um ambiente que não existe. Ou seja, garantir uma ferramenta de cumprimento para falar com as partes contratadas, se acham que não está sendo mitigado o uso indevido do DNS. No futuro, pode haver desenvolvimento de políticas, que possam ser mais prescritivas para mitigar esse pedido. Mas é um avanço muito importante, que nós fizemos. E passo a palavra para Becky.

BECKY BURR: Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui com o GAC. Acho que Tripti deixou claro, que essas negociações contratuais devidas, relacionadas com o uso indevido do DNS e chegar à Diretoria através de uma iniciativa das partes contratadas, eles se aproximaram e disseram

“Estamos prontos para negociar mudanças contratuais específicas”, para mudar uma queixa que é bastante comum e que não há mecanismo para executar esse tipo de mitigação.

Como disse Tripti, nós vamos dar uma ferramenta para que possa ser aplicado isso do lado da ICANN. Mas é o primeiro passo num processo muito importante. Somente é o primeiro passo. Isto vai permitir o desenvolvimento de políticas no nível micro na comunidade, para depois aprofundar sobre de que maneira as partes contratadas devem intervir, mitigar e prevenir o uso indevido nas áreas já indicadas. Esperamos que exista realmente processos de desenvolvimento de políticas, nos quais participe toda a comunidade, como costuma acontecer.

Embora se dê esse processo de desenvolvimento de políticas, não prevemos que esse seja o final do caminho. Achamos que se temos um ambiente estabelecido de confiança, onde as partes contratadas sentem que podem vir até nós para fazer uma negociação e nós entendermos a sua posição e avançar. Talvez haja passos adicionais. E haja outras iniciativas relativas a isso.

E voltando a recomendação 14 e a 15, não vai haver nenhum acordo de registro ou acordo de acreditação de registradores dentro do contexto do que é a rodada SubPro dos novos gTLDs, que como foi sempre o caso. Mas esses contratos são negociados entre as partes, mas estão sujeitos ao comentário da comunidade, contribuição da comunidade. E acho que a resposta, se isso vai satisfazer as mitigações, a 14 e a 15, acho que é um grande passo para frente, que demos. Mas não é a única oportunidade que temos para enfrentar essas recomendações.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Avri, Tripti e Becky. Eu tenho dois pedidos de palavra. Em primeiro lugar, Irã e depois, o Reino Unido.

KAVOUSS ARASTEH: Muito obrigado pela explicação. Se estamos falando do uso indevido do DNS, que esteve aqui na mesa da comunidade durante anos, a Diretoria considera, acredita que o resultado bem sucedido das negociações com os registradores e os registros vão colocar um ponto final no uso indevido do DNS? Ou vão contribuir a mitigação? Porque existem outros elementos, que devem ser considerados né. Há outras ações que devem executadas. Hoje, há dois países que prestaram mais informações sobre o uso indevido. Mas estamos falando sobre a denúncia do uso indevido.

E quando falamos disso, falamos de muitos usos indevidos, que são denunciados, porque não se sabe como fazer. E eu vou dar um exemplo pessoal. Eu, na verdade, me encontro com muitas situações desse tipo e não denuncio. Então essas denúncias não é o ponto de uma coisa. Está no meio do processo.

Como podemos facilitar essas denúncias, dar os meios para dizer “Olha, para quem encaminhar esta denúncia, de que forma?”, para que tudo vá para o mesmo lugar e seja analisada a situação e se tome medidas. No meu ponto de vista pessoal, as negociações embora sejam bem sucedidas, não resolvem totalmente o problema do uso indevido do DNS. Eu acho que é uma coisa, um ponto, um avanço, né.

Mas infelizmente, já falamos hoje de manhã, temos que pedir aos membros da Diretoria, que prestem algumas informações sobre os avanços das atividades. Talvez entre esta e a outra reunião sobre os procedimentos e como nós, como membros do GAC ou outras pessoas da comunidade vão reagir ao respeito. Era isso que eu queria mencionar agora. Obrigado.

TRIPTI SINHA:

Obrigada por seu comentário. Eu quero dizer que em termos gerais, que quando falamos num *cyber* abuso, nunca eliminamos. Podemos interromper, podemos mitigar e ver formas de interromper. Mas se bem, é um avanço. Eu acho que ninguém, em termos gerais, pode dizer que o *cyber* crimes vão desaparecer, nenhum tipo de crime. Nós estamos dedicando todos os esforços possíveis para mitigá-los. Mas na verdade, já começamos fazendo as denúncias e estamos vendo, que os números estão diminuindo. Mas obrigada, Kavouss, pelo seu comentário.

BECKY BURR:

Também eu acho que é importante mencionar que é um esforço multidisciplinar e que a indústria em si... e temos o Instituto do Uso Indevido do DNS, que recebe e processa as reclamações sobre o uso indevido. E a ideia é que isso esteja a disposição para todos. Não é apenas o que está dizendo a ICANN, mas a indústria também está fazendo coisas por fora da ICANN. E que isso também ajuda o trabalho feito pela ICANN.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada, Tripti, Becky. Agora está o Reino Unido. Nigel, por favor?

NIGEL HICKSON:

Muito obrigado a Diretoria por falar deste tema ainda hoje e também por considerar os comentários. O que eu gostaria de fazer são duas observações. Uma tem a ver com o texto do número 4 e na verdade, eu assumo a minha responsabilidade ao respeito. Porque não estamos questionando o processo de negociação contratual. Não, não, muito pelo contrário.

Ontem justamente falamos com os operadores de registros, com registradores. Foram transparentes. Então também demonstraram disposição para continuar falando com a comunidade entre esta e a próxima reunião da ICANN. E a resposta da Diretoria para essa pergunta, eu acho que responde várias outras perguntas também. Mas do ponto de vista do processo, nós prestamos uma recomendação sobre vários pontos, o Avri mencionou alguns, que têm a ver com a revisão do CCT.

E essa é uma reflexão. Queremos ver aqui e que não existam mal entendidos no final, para que quando chegarmos no final do processo, nós falarmos “Ah, esquecemos tal coisa. Ou não falamos daquilo”. Mas trata-se de trabalhar em conjunto sobre esses temas, para que seja de benefício para todos.

E como mencionou Becky, também estamos, ou pelo menos o Reino Unido está realmente satisfeito de trabalhar com a rede de jurisdição de políticas sobre a internet com o Instituto do Uso Indevido do DNS.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada, Reino Unido. Eu acho que como não vejo outros pedidos de palavra, vamos passar a seguinte imagem, que se trata sobre o tema e tem a ver com as negociações contratuais. A ICANN e as partes contratadas estiveram negociando disposições contratuais melhoradas sobre o uso indevido do DNS. O GAC entende que tem previsto para a ICANN publicar modificações propostas para revisão da comunidade, comentários públicos antes da ICANN77.

No Comunidade de Haia, o GAC **[inaudível - 00:32:45]** que a Organização da ICANN está particularmente habilitada para receber contribuições em matéria de política pública da comunidade da ICANN e negociar acordos de registros e registradores. Então a Organização da ICANN pode aproveitar as contribuições da comunidade de forma oportuna e promover a transparência e a Diretoria poderia ter uma sessão, escutando temas sobre as negociações contratuais antes de publicar as mudanças e submetê-las ao comentário público.

Uma sessão deste tipo poderia permitir focar-se em questões dentro das negociações, como está estabelecido entre a ICANN e a parte contratada. A pergunta é “A Diretoria consideraria organizar uma sessão para escutar opiniões sobre as negociações em matéria do uso indevido do DNS, um mês a partir da conclusão ou a finalização da ICANN76?”.

TRIPTI SINHA:

Becky vai responder.

BECKY BURR:

Muito obrigada. Tal como se mencionou, as negociações contratuais estão em andamento, estão andando bem. E como sempre ocorre, como resultado dessas negociações, vamos ter modificações nos contratos e serão publicadas para receber comentários públicos. A Diretoria discutiu isto e considera que depois que as partes contratadas e a ICANN tenham chegado a um acordo sobre um texto proposto e seja publicado para comentários públicos, que poderia existir algumas sessões abertas ao público.

E esperamos que nessas sessões públicas, nos concentremos nos próximos passos ou etapas. Ou seja, como chegamos aos processos de desenvolvimento de políticas, aqueles que depois de modificados os contratos, tenhamos a oportunidade de revisar e modificar.

Então toda a comunidade vai ter a oportunidade, a chance de fazer comentários públicos. E nós também vamos ter algumas sessões ao respeito, referidas a esses temas, uma vez finalizada as negociações. Depois assinados os contratos, o propósito das sessões abertas será trabalhar sobre os próximos passos deste processo.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Becky. Agora, Irã tem algum comentário.

KAVOUSS ARASTEH:

Muito obrigado por sua explicação. Eu quero fazer uma pergunta simples. Depois de ficar à disposição do público e de receber muitos comentários e uma devolução, negociam de novo? O que acontece?

BECKY BURR:

Os contratos são publicados para receber comentários públicos. Vamos recebendo esses comentários e levando em consideração. Se há alguma objeção nesses comentários, que é muito contundente, conforme o conceito da Diretoria, opinião da Diretoria que pode talvez afetar a legitimidade nas negociações contratuais, nesse ponto então, sim, vamos ter que parar, voltar para trás.

Se é que a comunidade assinala alguma coisa que vai contra o interesse público. Mas a negociação acontece entre as partes contratadas. E o propósito da consulta é ver se há alguma coisa que impeça avançar e não, realmente, abrir novamente as negociações sobre cada tema. Para deixar claro, os obscuros.

A Organização assumiu um compromisso, quando se aproximaram as partes contratadas com respeito ao alcance das negociações. E temos a intenção de cumprir esse compromisso. Esses são os termos sobre os quais as partes contratadas estabeleceram os seus compromissos. Então, por esse motivo temos esses períodos de comentários públicos. Poderíamos reabrir as negociações e poderíamos também incorporar muitas outras coisas para negociar. Porque entendemos que assim como disse Nigel, há maçãs e peras, mas não bananas. Então podemos escutar esse tipo de comentários e vamos entender.

O problema é que todo tipo de negociação extensa, que vá além do alcance, além de trair a confiança, também vai afetar ou demorar os tempos e os benefícios de uma modificação contratual. Se há alguma coisa que não permita continuar, o que infringe os Estatutos da ICANN

ou alguma assim. Isso é muito sério no seu impacto. Bom, aí a Diretoria vai considerar. Mas queremos na verdade, captar os benefícios dessas modificações contratuais e avançar para poder depois, passar a considerar algo para conseguir essas bananas, que falava Nigel.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada, Becky. Eu não vejo qualquer outro pedido de uso da palavra, então acho que podemos passar ao seguinte slide. Este é um tema novo. Sistema de Divulgação do WHOIS. Em primeiro lugar, com respeito aos pedidos dos organismos de controle da lei, a solução recente da Diretoria de 27 de fevereiro sobre a implementação do Sistema de Divulgação do WHOIS, incluía uma referência aos pedidos dos organismos de aplicação da lei.

Onde dizia que Diretoria da ICANN incentiva o Conselho da GNSO a considerar como promover e garantir um uso integral do sistema por parte dos registradores habilitados pela ICANN, para todos os pedidos de acessos aos dados, fora aqueles apresentados pelos organismos de aplicação da lei ou também aqueles que são exigidos pelas leis aplicáveis. Eu não vou ler cada uma das palavras, mas em especial, isso levou a seguinte pergunta. Isso poderia ser interpretado como que sugere que os pedidos dos organismos de aplicação da lei ficam excluídos do Sistema de Divulgação do WHOIS? Essa foi a intenção da Diretoria? Caso contrário, sugerimos que a Diretoria emita um esclarecimento escrito, para que não existam confusões não-intencionais.

TRIPTI SINHA: Eu vou passar a palavra a Becky novamente.

BECKY BURR: Obrigada pela pergunta. Para nada foi intenção da Diretoria, excluir os pedidos de uso dos dados de registros através do Sistema de Divulgação do WHOIS por parte dos organismos de aplicação da lei. Caso tenham uma ordem, os organismos de aplicação da lei podem chegar com essa ordem e os registradores e registros através da lei, vão ter que responder essa ordem.

Ou seja, o registro não vai ser exigido que diga aos organismos de aplicação de lei, que têm uma ordem, digam “Por favor, apresente através do sistema de pedidos de dados essa ordem”. Isso é o que nós queríamos dizer. É necessário emitir um esclarecimento, se é necessário fazer um esclarecimento escrito, pode ser. Mas a ideia era reconhecer que há situações, onde os registros e os registradores devem cumprir com a lei. Então isso excluiria, digamos passar por esse sistema.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Becky. Estou fazendo uma pausa para ver se há algum pedido. E Laureen, copresidente do Comitê do GAC, tem a palavra.

LAUREEN KAPIN: E falo como copresidente desse grupo. Talvez seria útil uma verificação, esclarecimento por escrito no lugar de indagar todas as transcrições, para que fique claramente registrado.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Laureen e Becky. Não vejo outro pedido para falar. E podemos continuar com o seguinte slide. Mais uma vez em relação com esse tema, seria funções que serão incorporadas ao Sistema do WHOIS.

E diz “O GAC também considerou que é importante registrar de maneira adequada a informação sobre as aprovações ou negações dos pedidos, os tempos de resposta e os motivos pelos quais é negado esse acesso e incluir um mecanismo para permitir, que haja pedidos confidenciais. Serão incorporadas essas funções no sistema?”.

O fundamento da resolução da Diretoria da ICANN sobre o Sistema de Evolução do WHOIS diz depois... indica que a Organização da ICANN está preparada para incorporar os seguintes pedidos da comunidade no sistema. Funcionalidades de registro adicional, para o sistema para registrar os dados associados com pedidos, que vão dirigidos a registradores que não participam, que se identificaram como titulares de dados de baixo risco. E do ponto de vista da segurança do sistema. Então essa funcionalidade adicional de registro será incorporada no sistema de relação do WHOIS, quando comece a entrar em funcionamento aos 11 meses?

TRIPTI SINHA:

Elisa, está? Não, não está. Mas vou responder no seu nome. Vou passar a palavra para Yuko. Mas antes disso, a Diretoria aprovou a implantação do sistema. E passo agora a palavra para a Yuko. Passo a palavra para Yuko.

YUKO YOKOYAMA:

Eu me encarrego da Equipe de Implementação do Sistema, que se chama Serviço de Pedidos de Dados de Registro. É o que nomeamos como Sistema de Avaliação do WHOIS. Nós trabalhamos com a equipe reduzida para saber quais os dados que devemos... se devem utilizar para a avaliação do sistema. Isto é que o se pergunta, informação sobre aprovações ou quando são negados esses pedidos, os motivos para essas rejeições e tempos das respostas. E há muito mais especificado no adendo redigido no Subgrupo da GNSO, para o Conselho.

E os dados vão ser informados de forma periódica, quando sejam lançado o sistema. Quero que lembrem, os integrantes do GAC< que o sistema simplificado, cujo objetivo é operar até o máximo de 2 anos, só para coletar dados, para que possa dar informação as deliberações entre o *Board* e o Conselho da GNSO sobre o SSAC.

O Sistema de Acesso e Divulgação Padronizado, como foi indicado nas recomendações de política da Equipe da Fase 2, isto tem como finalidade abranger todos os usuários. Há um alto custo, que foi identificado pela Avaliação de *Design* Operacional ao identificar essa função. Então não recomendamos inclui-la na Prova de Conceito.

Sem essa funcionalidade não vão poder ser verificados toda a efetividade do sistema. As funções adicionais serão desenvolvidas e vão estar disponíveis a partir do momento do lançamento, que será no final deste ano.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Yuko, obrigada. Temos dois pedidos de palavra. Vai falar primeiro Irã e depois, o Brasil.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado, Manal e distintos colegas. Essa denegação dos colegas.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Peço, por favor, que fale mais perto do microfone.

KAVOUSS ARASTEH: Essa rejeição ou denegação do pedido, acho que tem que estar baseada nos critérios universalmente acordados, não-discriminatórios e inclusivos. Acho que não se pode ter outro critério. Em breve, para resumir, isso é o importante para fazer valer a lei. Estamos falando da lei. Não é a lei. Há leis, legislação de diferentes países. A execução é diferente em cada país. Então não tem que existir essa rejeição ou negação ou denegação, que não é acordado universalmente e seja inclusivo.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Kavouss. Brasil e depois passamos para uma reação do *Board*.

LUCIANO MAZZA: Com o estado atual do projeto, que está sendo implementado de forma gratuita. Não sei se depois podemos voltar para esse ponto. Eu quero que me informem sobre isso.

BECKY BURR:

Sim, é gratuito. E Kavouss, eu entendo o que está dizendo perfeitamente. O problema e esse é um problema fundamental é que cada registrador, que receber um pedido de acesso, vai ter que... bom, quando há uma legislação que exija, vai ter que fazer um teste, uma prova de interesse para ver se a liberação desses dados e a resposta ao pedido está justificada com base no interesse legítimo.

E essa não é uma decisão que vai tomar o sistema. Essa decisão vai ser tomada ou registrada pelo registrador individual, que seja o encarregado do processamento dos dados. Isso vai ter a ver com as leis de proteção de dados. Eu entendo o que está perguntando. Há muitas pessoas na comunidade, que têm o seu mesmo sentimento. Tem que existir critérios bem definidos. Deve-se poder dizer que se quem realiza o pedido vai receber aprovação ou não.

Mas não é a forma em que funciona o direito de proteção dos dados. São registradores individuais, os que têm que cumprir com a legislação de proteção de dados. E eles vão ter que tomar a decisão sobre se a divulgação desses dados cumpre com a lei ou não.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Becky. Acho que podemos avançar para o seguinte slide. E o quarto ponto que tem a ver com o Programa de Assistência. O GAC gostaria de receber mais informação sobre as datas esperadas e os desenvolvimentos do *design* do programa para entender melhor a iniciativa, o seu alcance e os critérios, implicações e modalidades de implementação, inclusive os potenciais aliados. Durante a ICANN75 na

Malásia, a possibilidade de que a ICANN desenvolvesse um programa mais estruturado de assistência e cooperação foi sugerido. Então se prevê, que esse programa inclua esse conceito?

TRIPTI SINHA:

Obrigada, Manal. Esse é um programa desenvolvido e implementado pela Organização da ICANN e Sally Casterton irá responder. Acho que teve que sair para outra reunião. Mandy, pode responder no lugar dela ou Theresa? Alguma de vocês pode responder, em representação da Sally? Bom, desculpem por ter indicado você.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Bom, mas se a Sally não está... Obrigada, Mandy.

MANDY CARVER:

Não vou falar por Sally. Mas nós estamos completando o marco, que vai ser um pedido, um pedido de propostas. Mas a intenção... estou tentando ver, mas eu sei que já passou a pergunta.

E sim, ter alguns aliados ou sócios. Peço desculpas, porque na verdade, eu não tenho na minha frente o texto da RFP. Mas acho que vamos dar uma resposta depois. E não quero dizer alguma coisa, que não seja exata.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Mandy. Vejo que pediu a palavra, Irã. Não sei se voltou a pedir a palavra...

KAVOUSS ARASTEH: Sim, voltei a pedir.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Bom, então Irã e depois, Brasil.

KAVOUSS ARASTEH: Quando preparamos essa pergunta, eu fiz um comentário a esse respeito. E o comentário é que embora estejamos de acordo com isto, a existência da ICANN para os casos de emergência. Está limitada a determinadas áreas, porque não existe uma infraestrutura. E se existir um tsunami ou um terremoto, toda a infraestrutura vai se danificar. Então deve-se trabalhar com a contraparte, com a UIT, a União Internacional de Telecomunicações. Porque já tem medidas e abordagens desses casos para oferecer infraestrutura, pelo menos e permitir que a ICANN dê seu DNS ou alguma outra ajuda.

Então devemos considerar essa colaboração mútua, porque são as duas organizações que estão indicadas. Por exemplo, nesse país, em Guadalajara aconteceu isso também. Houve uma colaboração mútua em 2010. Então acho que tem que existir essa colaboração e assistência da UIT para oferecer uma infraestrutura temporária e dar outro tipo de assistência.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Irã. Brasil.

LUCIANO MAZZA:

Obrigado, Manal. Sim. Apenas para falar das diferentes reações e também para ajudar na orientação dos futuros comentários, que podem ser incluídos pelo *Board* nas decisões.

E eu acho e todos sabemos e quando sugerimos na Malásia, que se podia fazer alguma coisa além desse Programa de Emergência, ter esse foco em situações de emergência e ter algo mais estruturado, no que tinha de ser a cooperação em outros casos. É por isso que incluímos essa pergunta aqui. Mas quero adicionar que existe alguma ideia sobre qual seria o custo orçamentário para isso? quanto dinheiro estaria envolvido?

E seguindo o que disse Kavouss, talvez teríamos que falar com organizações internacionais, que tenham experiência nesses temas. Algo mais ao longo prazo, um memorando de entendimento. E considerar a UIT numa cooperação mais estrutura para esse tipo de programa. Obrigado.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Brasil. E sim, vejo que há mais resposta. Tripti.

TRIPTI SINHA:

Em primeiro lugar, não sei se Theresa e depois, Mandy.

THERESA SWINEHART:

Sim. Realmente, aqui temos muitas funções dentro da organização, que coordenam isto. Então não é só as situações, que vimos. Mas também quais as oportunidades, analisar cada situação desde um

ponto de vista particular. Porque há diferentes oportunidades e aliados, que podemos utilizar. Depois vamos dar uma resposta mais cabal para esta pergunta.

MANDY CARVER:

Bons comentários apresentados. Também falando de uma resiliência e segurança da internet e dos identificadores únicos, então não temos que ter fundos ou receita disponível para manter essa acessibilidade dos operadores, quando não têm os recursos para isso.

Isso, Theresa disse e tem a ver com ver situações individuais. Porque podem ser de diferentes características, pela natureza ou pelo homem. E vamos ver também, vamos ver ou dar resposta também as manifestações de interesses de terceiros. Isso tem que ser aproximadamente para 27 de março. Porque antes tivemos colaboração com uma conexão, que existe nas Nações Unidas, nas OIGs. Porque não temos a capacidade de fazer tudo. Por isso existem essas manifestações de interesses.

E suponho que haverá US\$ 1 milhão para cada um dos exercícios da ICANN. E a Diretoria vai falar com os terceiros para ver quais são as necessidades, prioridades. E também vamos ser apresentados relatórios, quanto a frequência de cada uma das necessidades e contribuições.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Theresa. Obrigada, Mandy. A última oradora foi Mandy, para que constem nos registros. E vamos continuar com este ponto,

que é de interesse para o GAC. Vamos passar agora ao último dos temas, que fala das medidas de correção para a proteção de direitos das OIGs.

A Diretoria recebeu um resumo do pessoal com os comentários públicos sobre o EPDP sobre as medidas específicas para a proteção dos direitos das OIGs. Alguns manifestaram apoio e outros, algumas preocupações, inclusive as consequências potenciais para os registratários. Se as OIGs não têm a obrigação de se submeter a jurisdição dos tribunais, recebendo um resumo do pessoal sobre esses comentários públicos do relatório final. A Diretoria sabe que em primeiro lugar, as recomendações especificamente manifestam que uma reclamação também deve incluir uma nota ou observação, informando a quem deve responder essa reclamação com direito a se opor a um UDRP ou impugnando, apresentando uma petição no tribunal?

E depois, o EPDP e as recomendações receberam um consenso pleno. Em terceiro lugar, o voto do Conselho da GNSO para aprovar as recomendações do EPDP foi unanime? Obviamente entendemos que houve consenso pleno para 5 recomendações do EPDP. E é por esse motivo, que o GAC apoia uma implementação oportuna dessas recomendações. Eu vou parar por aqui. Não sei se passo a palavra para a Tripti.

TRIPTI SINHA:

Sim, sim. Vou passar a palavra a Becky.

BECKY BURR:

Em primeiro lugar, quero dizer muito obrigada aos membros do GAC e aos representantes das OIGs, que trabalharam tão bem com a GNSO, para poder chegar a um bom resultado de política. Estamos todos muito satisfeitos. E compartilhamos o interesse que os senhores manifestam sobre estas medidas de correção, que foram e para que sejam implementadas assim que possível. Eu não sei se vamos conseguir fazer muito, mas sim, vamos começar com a implementação. Vamos ter um projeto de implementação, uma estratégia de implementação. E eu acho que vão aparecer ou surgir perguntas para esse processo, especialmente dos participantes, inclusive dos representantes das OIGs no GAC.

Então quando falamos do tema dos acrônimos e siglas das OIGs, a recomendação do GAC, há muito tempo. Isso já foi bem trabalhado e processado. Falou de que existia uma chance de que isso fosse passado por alto ou deixado de lado. Mas há um sistema de pré-notificações, que tem a Diretoria sobre esses acrônimos das OIGs.

A Diretoria então resolveu em 2020, que considerava que isso não era adequado e mencionou naquele momento, que pediria a organização que gerasse um sistema de notificações pós-registração, para que as cadeias de caracteres fossem então liberadas, uma vez que existisse essa notificação por registro. Agora, precisamos implementar também as medidas de correção. Mas uma das perguntas que nós temos é se o GAC continua considerando esta recomendação desde exista um sistema de notificação pré-registros? E queremos saber se continua essa sendo uma posição do GAC, porque se fosse assim, não precisamos começar um dos processos, que estabelece o Estatuto.

Por outra parte, o sistema de notificações pós-registração ainda não está armado. E temos que incluir aí, cadeias de caracteres que incluam por sua vez, algumas das apresentações realizadas pelas OIGs. Nós pedimos as OIGs, que façam um *Brainstorming* ver de que forma essas cadeias de caracteres... e enquanto isso, enquanto as medidas de correção e as recomendações são implementadas.

Sobre este sistema de identificação de pós-registração, vai ganhando forma, se isso não se superpõe em... ou não leva... e nesse sentido, os interesses legítimos de outras cadeias de caracteres, que podem ser outras OIGs em si. Seria ver se há outros modos mais criativos de poder sair desta situação, para que isso fique registrado e que os dados para fins da registoção, fiquem registrados assim que possível.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Está Brian da OMPI e Irã. Por favor, sejam breves.

BRIAN BECKHAM:

Obrigado, Becky. Para as OIGs, para muitas pessoas, é positivo ver os sinais, que nos levam a avançar para a implementação. Eu falei com diferentes pessoas durante esta reunião, para tentar de aceitar todas as engrenagens nesse ponto de vista.

Uma ideia, que eu queria mencionar, poderíamos ter alguns dias exclusivos antes da próxima reunião do mês de junho, onde a Equipe de Implementação poderia se reunir e talvez terminar de definir os detalhes de algumas dessas tarefas, para que não continuem existindo demoras. Nós entendemos o que manifestaram sobre a notificação

prévia. Eu acho... lembrar durante uma das ligações foi discutido e acordado que isso seria trabalhado dessa forma.

Eu acho que há um registro disso. Claro, que está no nosso radar. Estamos prestando atenção a respeito. Podemos fazer modificações a recomendação. Talvez não nesta reunião, mas sim, vamos continuar levando em conta.

BECKY BURR:

Muito bem. Muito obrigada. Isso seria muito bom.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Passo a palavra a Irã.

KAVOUSS ARASTEH:

É semelhante ao que disse Brian. Mas este sistema de notificações prévia a registo, essa ideia de passar a um sistema posterior da registo foi uma coisa que foi discutido antes do processo de recomendações. Então eu acho, se me permite o distinto *Board* ou a Diretoria, não só temos que pensar apenas na notificação pós-registo. Porque isso poderia ser resolvido de outra forma.

Mas o importante aqui seria a notificação pré-registo, em francês se diz que já é um fato consumado. Temos que ter uma notificação prévia ao registo para saber o que vai acontecer. Mas já temos 5 recomendações. Então temos que ver desse ponto de vista. Talvez tenhamos que revisar o decido há 3 anos atrás.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada. Eu acho que estamos todos em sintonia com respeito a este tema. Becky, peço desculpas por superar o tempo. Eu não queria reagir perante as amáveis palavras de Tripti antes, para não demorar toda a sessão. Mas eu quero dizer agora, que foi uma maravilhosa experiência, trabalhar na Diretoria. Foi emocionante, desafiante. Mas também... eu recebi muita retribuição, digamos, né. Eu espero que vocês tenham desfrutado desse processo tanto quanto eu. E agora, eu peço aos colegas do GAC, voltem aqui, 16h30 para a redação do Comunicado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]